

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA PERSPECTIVA DA ORALIDADE

Ciro Carlos Antunes

Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor de Educação Superior da Unimontes.

<http://lattes.cnpq.br/3872078914752704>

E-mail: cicaranms@gmail.com

Ana Aparecida Antunes Cordeiro

Mestranda em Educação: Formação de Formadores pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

<http://lattes.cnpq.br/6413860514800778>

E-mail: adm201239@yahoo.com.br

Sônia Letícia Cordeiro

Letróloga, Letras/Espanhol e respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Professora da Educação Básica na rede municipal de São João da Ponte.

<http://lattes.cnpq.br/5732166996260020>

E-mail: letycordeiro@yahoo.com.br

Terezinha de Jesus Nascimento Guidon Coelho

Professora da Universidade Ibirapuera, UNIB.

<http://lattes.cnpq.br/9377772241242403>

E-mail: guidoncoelho@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2022.V1N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2022.V1N3-14>

RESUMO: Este artigo tem como objeto de investigação a linguagem, método e senso comum em sala de aula e o ensino de língua portuguesa em uso. O sistema de ensino, pautada nas obras do Ciclo Básico Comum (CBC) e Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa (PCNLP) anos finais do Ensino Fundamental, expandidas e usadas, largamente nas organizações pública e privada de ensino do Brasil. Os sistemas de ensino de língua portuguesa não passam por nenhuma inovação por ser sabatinada ao discurso imperativo vigente na Lei n. 9.394, de 1996. É fundamental realizar uma reflexão em afinidade a sua classe. Com esse objetivo, o presente artigo buscou inserir no ensino de língua portuguesa as atividades de produção de gêneros textuais de Língua Portuguesa anos finais do Ensino Fundamental, com base nos critérios estabelecidos pelo Conteúdos Básicos Comuns e PCNLP e nas contribuições teóricas de Antunes (2012, 2014) e Veiga (2015).

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Método. Senso comum. Língua portuguesa.

TEACHING THE PORTUGUESE LANGUAGE FROM THE PERSPECTIVE OF ORALITY

ABSTRACT: This article has as object of investigation the language, method and common sense in the classroom and the teaching of the Portuguese language in use. The teaching system, based on the works of the Common Basic Cycle (CBC) and National Curricular Parameter of the Portuguese Language (PCNLP) in the final years of

Elementary Education, expanded and used widely in public and private education organizations in Brazil. The Portuguese language teaching systems do not undergo any innovation because they are subject to the imperative discourse in force in Law n. 9,394, of 1996. It is fundamental to carry out a reflection in affinity with your class. With this objective in mind, this article sought to insert in Portuguese language teaching the activities of producing Portuguese language textual genres in the final years of Elementary School, based on the criteria established by the Common Basic Contents and PCNLP and on the theoretical contributions of Antunes (2012, 2014) and Veiga (2015).
KEYWORDS: Language. Method. Common sense. Portuguese language.

INTRODUÇÃO

O ensino de língua portuguesa em sala de aula ocorre pelo viés da língua nacional de uso corrente escrito, ou língua culta. Nesse sentido, denomina-se língua um sistema linguístico usado por uma determinada comunidade para a comunicação entre seus falantes, por meio oral e escrito. Assim, os membros desta comunidade linguística conhecem as regras e os elementos que formam o sistema anteriormente mencionado, e, mediante estes recursos finitos que possuem é possível criar uma vasta quantidade de mensagens.

Segundo Gagné (1971, p. 247), “os recursos ou meios para o ensino referem-se aos vários tipos de componentes do ambiente da aprendizagem, que dão origem à estimulação para o aluno”. Desse modo, os professores que esboçam as disciplinas devem partir de um diagnóstico dos objetivos, dos conteúdos, dos procedimentos, de todas as possibilidades humanas e materiais, que o âmbito escolar possa oferecer, e, ser manipulados no processo de ensino e aprendizagem.

A língua, assim, como o domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o autoridade da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social (BRASIL, 1998). Pela linguagem os homens se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Por isso, é ensinada na escola, e, como se percebe, o ensino escolar tem seu discurso nos moldes legislativos que ocasionam, necessariamente, numa regulamentação imperativa. Entretanto, sabe-se que durante o século XX a linguística foi motivo de especulação por muitos estudiosos devido à publicação do *Curso geral de Linguística* organizado pelos discípulos de Saussure (ANTUNES, 2014).

ANTUNES, C. C.; CORDEIRO, A. A. A.; CORDEIRO, S. L.; COELHO, T. J. N. G. O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da oralidade. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 1, n. 3, p. 177-192, jul./set. 2022. ISSN: 2965-0003

Não obstante, a linguagem é entendida como a expressão do pensamento por meio de sons articulados. Esse proferido quer representado por símbolos, chamam-se palavras. Essa em sua significação chama-se termos (ANTUNES, 2014).

Desse modo, a língua é um aparelho de símbolos específico, autêntico e social, que permite o homem constituir o mundo e a sociedade. Aprendê-la é estudar não apenas termos e saber combiná-las em expressões emaranhadas, mas entender de maneira pragmática seus significados culturais e, com eles, as maneiras pelos quais as pessoas creem e interpretam a realidade e a si (BRASIL, 1998).

Assim, a língua é um fenômeno em constante evolução que é descrita nos aspectos gramaticais, que partem das normas. O português brasileiro estabelece os seus limites de língua a partir da sua literatura ao longo dos séculos que sucedeu o descobrimento. Desse modo, a língua em um espaço e tempo determinado serve para fazer a descrição do português, no Brasil, tal qual se conhece na atualidade por meio da filologia. Outro estudo é que se deve levar em conta a evolução da língua como os seus elementos e regras de um determinado idioma, pois ele varia com o tempo e espaço, essa variação de critério é nítida nas reformas e acordos ortográficos entre Brasil e Portugal. Aqui, cabe ressaltar que uma determinada língua é um fenômeno em constante mutação, ela evolui, é fluida e palavras hoje existentes ganham carga semântica de sua origem (ANTUNES, 2012).

Cabe uma proposta para o aprofundamento da questão e essa problemática que se acabou de delimitar. O assunto central no âmbito da teoria e da prática pedagógica ao ensino de língua portuguesa por meio das teorias e senso comum é traçar um panorama entre conteúdo e forma, em relação a parcela do saber sistematizado que cabe à escola transmitir e a forma através da qual esse conteúdo é transmitido-assimilado equivale ao método de ensino.

Uma das problemáticas em relação ao ensino de língua portuguesa em sala de aula está na relação dialética entre a indução, senso comum, ou criação de conhecimento e a aquisição de conhecimento dedutivo. Ao entender a Didática como prática de ensino de língua portuguesa, em sala de aula, especificamente, do ensino e das condições que são criadas para que se dê a aquisição do conhecimento, ao apreender que a sua questão fundamental é a questão metodológica. Trata-se de criar os meios através dos quais a

ciência, o saber sistematizado, traduz-se em conteúdo de ensino didaticamente assimilável.

Boulos (2015, p. 89) institui que:

A relação dialética entre produção e aquisição de conhecimento supõe uma forma específica de relação entre os sujeitos, no processo de ensino e aprendizagem, a qual nega a relação em que o conhecimento, considerado em si, é autoritária e mecanicamente posto e assimilado. Nega, também, aquela relação em que o sujeito da aprendizagem é colocado em contato com o objeto no sentido de ‘descobri-lo’, desconsiderando o conhecimento historicamente sobre ele.

A autora acima assevera que a conexão que preside o procedimento de criação e sistematização da informação e que está subjacente no conjunto cognoscitivo dele resultante, dialética, processo e produto, ou teoria-método-língua, preside o processo de transmissão-aquisição desse mesmo conhecimento, ao condicionar um determinado modo de pensar a realidade.

Segundo Saviani: “o problema das formas, dos processos, dos métodos, não certamente em si, pois as formas só fazem sentido na medida em que viabilizarem o domínio de determinados conteúdos”. A pedagogia do ensino de língua portuguesa nesse certame, no seu entender, está ligada ao saber sistematizado, o saber metódico. Cabe à escola organizar as formas e os processos adequados para possibilitar às novas gerações o acesso ao saber sistematizado.

Mediante ao exposto, sabe-se que o discurso quando determinado, mostrar-se linguisticamente através de textos. O resultado da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo expressivo, qualquer que seja seu alcance é o teor, uma sequência verbal composta por um contíguo de analogias que se instituem a partir da harmonia e da lógica. Nesse certame, um texto só é ele porque é abarcado como unidade expressiva completa. Caso adverso, não passa de um aglomerado aleatório de enunciados.

Desse modo, todo texto se funda dentro de determinado estilo em papel das finalidades comunicativas, como elemento das categorias de cultivo das alocações, as quais originam usos sociais que os determinam. Assim, “os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas, relativamente, estáveis de enunciados,

disponíveis na cultura” (BRASIL, 1998, [s.n.]). Esses gêneros, normalmente, se encaixam dentro das sequências textuais ou tipológicas pela sua semelhança.

Os gêneros existem em número quase interminável, ao variar em função da época, por exemplo: epopeia e cartum; das tradições, por exemplo: haikai, cordel; dos propostos sociais, por exemplo: entreter, informar; nesta conformidade, mesmo que a escola atribua a tarefa de tratar de todos, isso não seria plausível. Conseqüentemente, é conciso privilegiar os gêneros que merecerem uma abordagem mais aprofundada no ensino de Língua Portuguesa.

O texto literário constitui uma forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética. Não é mera fantasia que nada tem a ver com o que se entende por realidade, nem é puro exercício lúdico sobre as formas e sentidos da linguagem e da língua. Nesse sentido, cabe ao docente ensinar aos seus discentes a produzir textos dentro e fora da escola, explicar com técnica as formas adequadas de composição e produção textual.

No que concerne à prática de produção de texto, aplica-se o mesmo raciocínio: a produção de um artigo de opinião, por exemplo, está colocada em diferentes ciclos, ou em diferentes momentos do mesmo ciclo, pressupondo níveis diferenciados de domínio do gênero. Sendo assim, pode-se priorizar, tanto aspectos a serem abordados nas diferentes ocasiões, quanto estabelecer graus de aprofundamentos diferentes para os mesmos aspectos nas diferentes situações.

Na verdade, a articulação desses fatores, como: necessidades dos alunos, possibilidades de aprendizagem, grau de complexidade do objeto e das exigências da tarefa possibilita o estabelecimento de uma sequenciação não a partir da apresentação linear de conhecimentos, mas do tratamento em espiral. À medida que se considere a reapresentação de tópicos, há uma progressão e um nível de aprofundamento com que, tais aspectos serão abordados e no tratamento didático que receberão durante as aulas em classe.

Assim, cabe à escola e ao professor a tarefa de articular esses fatores não apenas no sentido de planejar situações didáticas de aprendizagem, mas organizar a sequenciação dos conteúdos que for, de um lado, possível a seus alunos e, de outro, necessária, em função do projeto educativo escolar. Seja por meio de plano diário, semanal ou quinzenal;

ou através de projetos que favoreça o necessário para que o próprio aluno se comprometa com a sua aprendizagem, pois contribuem para o engajamento de si nas tarefas como um todo, no que se refere ao professor.

Segundo o Ciclo Básico Comum de língua portuguesa de Minas Gerais (CBC-MG, 2008, p. 12) o ensino de língua portuguesa:

Além de levar em consideração a variação linguística nas dimensões dos dialetos (do mais culto ao menos culto) e dos registros (do mais formal ao menos formal), é preciso ainda ter em mente que a língua oral e a língua escrita não são compartimentos estanques, mas que formam um contínuo. Uma interfere na outra, em maior ou menor grau, dependendo das circunstâncias. Daí a necessidade de propiciar ao aluno contato com outras gramáticas, além daquela da língua padrão. E essa tarefa será mais produtiva se o aluno tiver a oportunidade de observar os fatos linguísticos ocorrendo em situações concretas de comunicação: ao compreender e produzir um texto, ao refazer seus próprios textos ou a retextualizar textos orais como textos escritos de determinado gênero.

Essa interlocução entre português informal e formal possibilita meios de ensino da língua nacional tal como as variantes linguísticas desde o menos ao mais culto da língua padrão, institucionalizada por meio de regras e conceitos gramaticais. Assim, o ensino para este método da língua em uso e formal requer competências específicas de leitura e abordagem que prestem para o seu contexto, objetivos específicos de produção e para o pacto de leitura proposto em sala de aula.

Dessa forma, sabe-se que durante o século XX a linguística foi motivo de especulação por muitos estudiosos devido à publicação do *Curso geral de Linguística* organizado pelos discípulos de Saussure. Ferdinand Saussure em seu primeiro curso propôs a diferença entre *langue* e *parole*. Segundo o mestre, a *langue* é o sistema de signos, convencionados socialmente e se define por um conjunto de unidades que são combinadas por regras gramaticais. Enquanto, *parole* é o uso desse sistema pelas pessoas durante a comunicação. Durante o gerativismo, embora há diferença entre competência, conhecimento interiorizado por um falante ideal das regras dos componentes de sua língua que constitui a sua gramática e *performance* a aplicação ordenada das regras da competência para construção da superfície linguística, a língua foi estudada fora de seu uso, pois a gramática da competência é a de um falante ideal e abstrato; logo, tratar da língua fora de seu uso, delimita as descrições e explicações à dimensão da frase.

Na verdade, para Chomsky (1969), é tarefa de um linguista descrever a capacidade do falante. Ele define a capacidade como competência inata que o sujeito tem de lançar, envolver e de distinguir a composição de todas as frases de sua língua. Desse modo, o autor assevera que língua é conjunto ilimitado de frases e que se define não só pelas frases existentes, no entanto, há também aquelas que se podem criar a partir da interiorização das regras da língua, ao tornar os falantes capazes de produzir frases que até mesmo nunca foram ouvidas por ele. Já a atuação, *performance* ou uso é apontado pelo âmbito onde o falante está inserido.

Um dos fatos que pesam nessa formação é o professor ser um pesquisador. Os estudantes do Ensino Fundamental têm contato razoável de professores que estabelecem a relação entre a teoria e prática. Sabe-se que existe o professor que fala sobre a língua portuguesa e o professor que produz a língua e este último, simultaneamente contribui para o ensino e para o enriquecimento da língua portuguesa como ciência.

Verifica-se que a diferença essencial entre o homem e o animal é a linguagem humana, especialmente, a capacidade de o homem formar novas declarações que expressam pensamentos novos, adaptados às novas situações, isso o torna racional.

Não obstante, o ensino de linguagem em língua portuguesa deve ocorrer por meios de sons articulados. Esse quer proferido, quer representado por símbolos, chamam-se palavras. Essa em sua significação chama-se termos (ANTUNES, 2014). Foi à convicção dessa possibilidade, ou antes, dessa necessidade que constituiu uma das contribuições grandiosas de Saussure ao entender-se por linguagem a existência do pensamento a uma forma de expressão, um significado a um significante, como falam os linguistas.

O método de ensino de língua portuguesa inicia no processo de alfabetização e letramento. Segundo Veiga (2015, p. 281) o: “método tem um significado mais amplo. No sentido etimológico, a palavra método vem do grego *métodos*, de *meta* (pelo, através) e *hodós* (caminho). É, portanto, o caminho para se chegar a um fim”. Nesse sentido, método implica passos, momentos em sequência lógico e temporal. Pode-se explicar que o método é condicionado por suas regras internas e dificilmente consegue superá-las diante das necessidades concretas que permeiam o processo educativo.

Assim, “a concepção de método de ensino congrega um conjunto de disponibilidades pessoais e instrumentais organizado para promover a aprendizagem e

ANTUNES, C. C.; CORDEIRO, A. A. A.; CORDEIRO, S. L.; COELHO, T. J. N. G. O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da oralidade. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 1, n. 3, p. 177-192, jul./set. 2022. ISSN: 2965-0003

desenvolver o ensino” (VEIGA, 2015, p. 281). Nesse sentido, o método de ensino é entendido como o caminho para a formação de ações pedagógicas conscientes organizadas criticamente com a finalidade de tornar o trabalho docente e discente mais fácil e mais produtivo para o alcance das metas desejadas e necessárias para o desenvolvimento integral dos educandos.

Dessa maneira, para Fernandes (2005, p. 26) os discentes: “constroem o conhecimento, criando as suas próprias interpretações, os seus modos de organizar a informação e as suas abordagens para resolverem problemas. Por outro lado, assume-se que as aprendizagens são processos eminentemente sociais”.

Nesse sentido, o método torna-se o meio de dizer, de fazer, de ensinar uma coisa, conforme certos princípios e em determinada ordem pela maneira de agir. Por exemplo: uma obra que reúne de maneira lógica os elementos de uma ciência, de uma arte que é organizada pelos moldes de métodos científicos. Assim, o ensino de língua portuguesa de acordo o Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa (PCNLP, 1998) o seu ensino dá-se por meio do uso da língua ativa em sua diversidade de modo de ação em que há participação social, neste caso, o aluno atua sobre o próprio aprendizado a partir do funcionamento e uso da língua com competências, compreensão ativa e não decodificada e o silêncio substitui a noção de erro pela adequação; faz reflexão metalinguística; tomada da palavra; coerência, coesão e adequação; dominar diversos registros; conhecer e respeitar as variedades orais; valorizar a leitura; interpretação organizada; compor textos interpretativos; leitura crítica; conhecer o significado semântico e cultural (BRASIL, 1998).

Nessa perspectiva, o senso comum torna-se o meio de comunicação aplicado as variantes da língua nacional como o meio de dialetos. Assim, o dialeto é uma variedade regional de uma língua. Modo de falar restrito e próprio de uma comunidade linguística menor, pertencente à outra maior, inserida numa mesma língua (HOUAISS, 2015). No âmbito linguístico toda variedade linguística que, embora possua particularidades específicas, não é considerada outra língua: mas um dialeto caipira. Essas concepções de língua em campos sintáticos, morfológicos e semânticos específicos são dos dialetos. Por essa razão, o conhecimento popular acontece sob a análise valorativa, reflexiva,

assistemática, verificável, falível, inexata na ordem das coisas e da pesquisa (ANTUNES, 2012, 2015).

De acordo Câmara Jr (1969) sabe-se que as vozes modificadas labiais e, sobretudo as labiais explodidas são as mais fáceis de pronunciar, atenta a simplicidade de movimentos que exigem; são as primeiras pronunciadas pela criança – papá, mamã entre outros; são as com maior facilidade se consegue fazer repetir a certos animais que se encontra, naturalmente, formadas no balido, no mugido.

Assim, um dialeto não é, simplesmente, em uso errado do modo de falar do outro dialeto. São modos diferentes de aprender fora da escola. Portanto, o aprendizado da criança nas instituições de ensino é iniciado com as regras ortográficas e gramaticais. Parte da norma padrão para em alguns momentos ensinar a variedade linguística advindas da língua nacional.

Antes de ensinar a língua portuguesa é ensinar como a língua funciona e quais as variantes linguísticas são ensinadas aos alunos. O ensino de língua portuguesa na alfabetização difere do de outros anos não pelo objetivo de alfabetizar, por si só, mas por letrar o aluno em suas competências e habilidades que é o mesmo para todos os anos, mas pela especificidade desse primeiro momento, devido ao grau de desconhecimento que o aluno tem, tanto da escrita, quanto da leitura.

Desse modo, o aprendizado não finaliza no Ensino Fundamental e muito menos na graduação, ele estende-se ao longo de toda vida. Nesse contexto, a linguagem pressupõe, estabelece um jogo de direitos e deveres. É usada para marcar pessoas, classes sociais, reveste as pessoas de poderes e de fraquezas, de estigmas e de preconceitos (ANTUNES, 2014).

O ensino de língua portuguesa deve partir do eu poético. Visto que é esta a linguagem que a criança <<aprende e conhece>> em casa (MATURANA, 2002). Para o autor (1998, p. 18): “O humano se constitui no entrelaçamento do emocional com o racional. O racional se constitui nas coerências operacionais dos sistemas argumentativos que construímos na linguagem, para defender ou justificar nossas ações”. Esse processo se dar ao estar alfabetizado e letrado.

Segundo Marcuschi (1986, p. 14), “a conversação é a primeira das formas da linguagem a que estamos expostos e, provavelmente, a única da qual nunca abdicamos

pela vida afora”. Assim, não há como a escola ficar neutra frente às exigências de uso nas práticas sociais das diversas mídias e tecnologias que são importantes, necessárias e adequadas à formação de seu aluno.

Kulcsar (2015, p. 66) reiterou que: “as atividades nas aulas de Prática de Ensino, respeitando as peculiaridades de cada escola. As estratégias utilizadas foram: leitura de jornais e revistas, discussão de textos, principalmente em forma de painel, no qual o aluno posicionar-se, e simulação de uma eleição”. Nesse certame, é possível perceber o envolvimento de todos os atores efetivamente em um trabalho sério que proporcionam reflexões sobre o profissional educador.

À medida que o aluno conhece as coisas por nome, sabe-se identificar e nomeá-la é possível conceituar, conhecer alguns antônimos, sinônimos para fazer uso do léxico e gramema da língua materna no processo de aprendizagem de sua própria língua.

Em casa a criança fala as primeiras sílabas, balbuciam as primeiras palavras e nomeiam seus parentes próximos por “papai e mamãe, vovó e vovô”, mas nada sabe sobre conceitos e formas. Usa-se a substância sem preocupações se está certo ou errado, pois apreende de maneira natural.

A ordem das palavras na frase ou período utilizado pelas crianças é sempre tecida por um lirismo, as frases que apontam para isto, é aquilo que nomeiam os nomes comuns. Parece ser certos afásicos que a criança não consegue ao mesmo tempo manifestar a ordem contínua de sua identidade e do seu campo semântico em sua denominação de léxico, e de gramema.

A linguagem em um espaço/tempo impõe-lhes formas articuladas de ordens e se serve da ciência natural como organismo vivo que imprime caracteres taxonômicos a serviço da linguagem humana; no entanto, ela perde seu lugar privilegiado indutivo e torna-se uma figura da história coerente com a espessura de seu passado intransponível ao presente à vista da historicidade.

Essa visão de que não é somente a relação aluno-professor que conta, mas algo maior como a relação aluno-professor, aluno-aluno e professor-aluno-aluno e o conhecimento vivido através de relações sociais estabelecidas na família, acima de tudo, no trabalho, na igreja e em outras instituições com as quais os adolescentes e jovens mantêm contato, enfim, é para esse coletivo que o professor e os alunos estão atentos.

ANTUNES, C. C.; CORDEIRO, A. A. A.; CORDEIRO, S. L.; COELHO, T. J. N. G. O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da oralidade. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 1, n. 3, p. 177-192, jul./set. 2022. ISSN: 2965-0003

Sabe-se que nem sempre a literatura de ensino de língua portuguesa considera esse coletivo dinâmico, que parte da riqueza do indivíduo e das diferenças culturais existentes entre os indivíduos e, num diálogo coletivo, vão produzindo conhecimento, e assim a sua própria existência. Nessa perspectiva, todos se enriquecem com novas discussões, reflexões e aprofundamentos, como se fosse uma banda em que o maestro dá o tom; aponta os momentos em que a tonalidade da música deve se realizar, mas o resultado é a harmonia, fruto do trabalho de todos. Na sala de aula, isso ocorre, mas uns poucos privilegiados percebem os demais produzem a melodia, porém talvez somente consigam percebê-la em momentos diferentes do futuro.

À medida que cogita tal situação, o alunado ou o homem assume o seu turno e pela primeira vez entra no campo do saber epistemológico, descartando-o saber lírico <indutivo>. Vê-se que as coisas apreendidas pela criança em criação são de campo semântico verbal: substituem a simplicidade e comungam depois as duas classes de palavras: (in) variáveis. A ordem de aprendizagem segue, segundo a qual é preciso percorrê-las; da cultura geral maciça para uma particular normativa, gramática ideal intelectualizada (ANTUNES, 2014).

A história da identidade é vista como a do outro, daquilo que, para um aluno é ao mesmo tempo interna e estranho se repetir naquele outro para o professor, torna-se normal ao senso comum, passa a ser, portanto, excluído, encerra-o, porém, a história da ordem do saber; essa seria a história do mesmo, daquilo que fora, foi e é naquele aluno, naquela cultura é ao mesmo tempo disperso e apresentado, é visto, é percebido neste, a ser, portanto, distinguido por marcas e recolhido em identidade comum que define uma forma de Álgebra $1^{\circ} = 1$ ou $1 + 1 + 1 + 1 = 1$.

Sabe-se que na ciência da transposição e cancelamento a ciência matemática conforme Boher conduz a levar de um lugar para outros termos subtraídos para o outro membro da equação. Porque as ordens dos fatores somam, mas se torna um mesmo ser pelo processo de repetitividade.

Da experiência do outro às formas constituídas da ordem do saber e ao pensamento do mesmo construímos e denotemos a criança, na escola. Neste certame, pela primeira vez está estranha figura do saber que se chama homem, abre espaço próprio às ciências humanas por meio das ciências naturais.

ANTUNES, C. C.; CORDEIRO, A. A. A.; CORDEIRO, S. L.; COELHO, T. J. N. G. O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da oralidade. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 1, n. 3, p. 177-192, jul./set. 2022. ISSN: 2965-0003

Certifica-se que na luz desse profundo desnível da linguagem o solo silencioso e, ingenuamente, estático que se rompem suas rupturas, sua instabilidade, suas faltas e é ele que se inquieta, incomoda, novamente, nossa mente, nosso pensar e sob os passos de dar a linguagem uma dimensão nova do saber a partir da escrita.

O professor ao receber um aluno em classe lança um olhar em direção ao modelo: de linguagem do discente, mas um traço de linguagem erudita deverá lhe ser implantado. Ele só dirige os olhos para seus alunos na medida em que se encontra no lugar do seu próprio motivo. Nesse espaço/tempo precisa o que olhar e o que é olhado permutam-se, intensamente.

Neste contexto, o professor fixa, atualmente, um lugar que, de instante a instante, não cessa de mudar de conteúdos, de forma, de rosto, de identidade. O modelo adotado pelo professor com o seu aluno torna-se uma arte visível à comunidade escolar e faz brilhar como “linhas de ouro”, aos olhos do modelo, a moldura da tela enigmática, a onde a sua imagem, transponível vai se achar encerrada.

No fundo da sala, o aluno “caipira” faz brilhar as figuras que o professor “olha” e implanta. Essas figuras por efeito de composição depositado ao alunado compõem à existência nova de todo ator-sujeito escolar em geral. Nesta figura, o polo de profundidade de reflexão no ângulo de profundidade de discente é a linguagem. Parte deste princípio, o aforismo: “o aluno é a imagem de seu professor”.

Assim, no processo de aprendizagem a criança deixa na memória, permanente as coisas mais claras, no subconsciente à memória de médio prazo as de poucas utilidades e no inconsciente as que estão “enroladas”, não claras para o entendimento.

A linguagem define a língua, está na nação e na identidade do civil. Acredita-se que na cultura da língua não há espaço para desenvolvimento de figura complexa, nos caminhos emaranhados que não seja possível o homem nomear, falar e pensar sobre as coisas (ANTUNES, 2014).

A linguagem aparece no olhar, já, codificado e o conhecimento reflexivo surge conforme as culturas e segundo as épocas, linear e esboçar, de forma contínua e graduadas, fracionárias e descontínua, ligada ao espaço e ao tempo, ao passo que tudo se organizam pelas diferenças taxonômicas.

É verdade que pela analogia do corpo e do destino é assinalado por toda a linguagem o sistema dos espelhos e das atrações que o professor é. São as simpatias do aluno para com o professor e as emulações que assinalam as analogias do docente em sala de aula, ao fazer uso da linguagem enquanto processo de ensino de uma disciplina.

Nesse contexto, a linguagem e o ensino de língua portuguesa se fecham se não houver um sistema de desdobramento dos conteúdos entre as semelhanças teóricas e a vivência social dos alunos.

Portanto, há dois níveis que decorrem a língua e a linguagem: 1ª) vai da coisa muda à própria coisa que faz falar a natureza e a 2ª) vai do grafismo imóvel à clara palavra que restitui vida à linguagem adormecida.

Sob o prisma linguístico, a linguagem deve ser estudada e ensinada como evento da natureza. Pois seus elementos são: os animais, as plantas, os planetas, as estrelas e as suas taxionomias.

Em linguagem as palavras agrupam sílabas e as sílabas, letras porque elas aproximam e as dissociam, atraem e opõem como os elementos da natureza: fogo versus água; ar versus terra.

Nessa disposição, a linguagem a princípio, foram dois discursos: por um lado, o comentário que retorna os signos dados com um novo propósito. Logo abaixo o texto, cujo comentário traz a corroboração da primazia oculta sob as marcas visíveis a tudo. E, por último, a linguagem escrita.

O discurso terá, realmente, por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz (MATURANA, 2002). A ficção e a literatura tornam-se o poder representativo da linguagem e por esse meio as palavras acabam de se fechar na sua natureza de signos, mas não se abre para a semântica.

O uso da linguagem é apenas um recorte descontínuo do ato de cultivar que se dá acesso ao saber por meio das relações do pensamento com a cultura (GUIMARÃES, 2008).

A ordem que constitui o método e o progresso a reduzir toda medida de ensino determinado pela igualdade segundo a identidade evidente e as diferenças pensadas na ordem das inferências. Essas só ocorrem e se estabelecem por encadeamento do conhecido e tal ato ocorre de forma natural e arbitrária, vista que, a maneira como se

considera colocação num ponto ou modo da ordem. Nesse sentido, as semelhanças e as afinidades em que se entrecruza seu fim: a linguagem e as coisas assumem uma nova configuração.

O conhecimento e o modo de ser daquilo que se presta ao saber em nível arcaico produzem modificação que altera o próprio saber do simples ao complexo, do indutivo para o dedutivo (GARCIA, 1986).

É possível verificar que a língua é substituída por um sistema de símbolos artificiais e de operações de natureza lógica, é o elemento que aproxima todo saber de uma linguagem por meio de códigos linguísticos e matemáticos.

Objetar-se-á que a linguagem não tem outro lugar senão representar o seu valor em que está reduzido em si mesmo, pois nesse imaginário é que ela tem poder de compor segundo a lógica de Port-Royal (2001). Entende-se que a linguagem dá-se por uma série de atos individuais e ocorre num espaço/tempo reacionário onde o homem é o seu intérprete e ceifador.

Os homens transcrevem no espaço não as suas ideias, mas os sons destes extraem os elementos comuns para formar um pequeno número de signos únicos, cuja combinação permitirá formar todas as sílabas e todas as palavras possíveis para o processo de comunicação sociocomunicativa (SAUSSURE, 1969).

A linguagem inicial se apresenta por meio de garatujas em seguida por grafismo por meio da ruptura do tempo a continuidade do espaço e é na medida em que analisa, articula, interpreta e recorta a representação, que ela tem o poder de ligar através do tempo e do espaço o conhecimento das coisas. Com a linguagem, a monotonia confusa do espaço se fragmenta, enquanto se unifica a discursividade do acontecimento.

Neste contexto, a linguagem nomeou todos os seres, coisas e usam-se as partes do discurso e é por ela que o discurso articula o conhecimento. A linguagem aparece num jogo de diferenças culturais, sociais e religiosas pela existência de uma coesão orgânica das ciências e histórias naturais (GARCIA, 1986). A luz dos seus tempos, seu ser intransponível a atualidade.

Assim, a linguagem cotidiana do aluno sofre na escola a finitude na interrogação de sua origem e passa a reduplicação do empírico no transcendental, no liame das

linguagens que precisa do distanciamento e o retorno da origem define-nos ao modo de ser do homem moderno.

É verdade, que nessa análise, pelo modo de ser o uso dos métodos científicos, as incomodações, a reflexão busca assentar, filosoficamente, a possibilidade do saber em monografias, dissertações e teses.

Na soberania do professor ao dizer “eu penso” deve-se requerida na finitude do homem, finitude que é tanto a da consciência quanto a do indivíduo que vive, fala, trabalha, às vezes, escreve e lê a língua portuguesa em seus aspectos cotidiano e formal.

Por fim, a linguagem, método e senso comum em sala de aula: o ensino de língua portuguesa decorre com o ensino de língua portuguesa em gêneros textuais, ora sequência textual. Para o ensino de língua portuguesa faz-se necessário uma revisão dos métodos de ensino que trabalhe a linguagem e o senso comum do aluno sob a perspectiva das variantes linguísticas. Este trabalho não quer conclusivo, uma vez que, faz algumas reflexões sobre o ensino, método de língua portuguesa. Mas abre expectativa para novas pesquisas sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. C. **Um estudo das regras de uso do hífen, segundo o Acordo Ortográfico de 1990.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. Impresso.
- ANTUNES, C. C. **As primeiras manifestações linguísticas da língua portuguesa: políticas de línguas nacionais.** In.: SALEM, Khalil (org.). *Linguagens em mosaico: da teoria linguística ao prisma literário*, 2012, p. 35-44.
- ARNAULD, Antoine. LANCELOT, Claude. **Gramática de Port-Royal.** Tradução Bruno Fregni Bassetto. Henrique Graciano Mucachco. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOULOS, Yara. Didática geral ou especial? Uma contribuição ao debate. In.: **A prática de ensino: e o estágio supervisionado.** Org. Stela C. Berrholo Piconez (Coord.). 24ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- CÂMARA JR. Joaquim Matoso. **Estrutura da Língua Portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1969.
- CHOMSKY, Noam. **La linguistique cartésienne: un chapitre de l’histoire de La pensée rationaliste suivi de La nature formelle Du langage.** Traduction de E. Delannoe et D. Sperber. Paris: Éditions Du Seuil, 1969.

ANTUNES, C. C.; CORDEIRO, A. A. A.; CORDEIRO, S. L.; COELHO, T. J. N. G. O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da oralidade. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 1, n. 3, p. 177-192, jul./set. 2022. ISSN: 2965-0003

FERNANDES, D. **Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas.** Lisboa: Texto, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – **MINIAURÉLIO Séc XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa.** 4ª ed. rev. ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

GAGNÉ, Robert M. **Como se realiza a aprendizagem.** Rio de Janeiro: Ao livro técnico S.A., 1971.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna.** 13ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

GUIMARÃES, Elisa. **Texto e discurso: Confluências.** São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.

KULCSAR, Rosa. **O estágio supervisionado como atividade integradora.** In.: A prática de ensino: e o estágio supervisionado. 24º ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação.** São Paulo: Ática, 1986.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Tradução de José Fernando Campos Fortes. 3ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da Educação brasileira,** em ANDE (Revista da Associação Nacional de Educação). Ano 5, nº 11, 1986, p. 15-23.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** trad de A. Chelini , José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Conteúdo Básico Comum – Português (2008).** Educação Básica - Ensino Fundamental (5a a 8a séries).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata.** In.: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2015.

Data de submissão: 20/09/2022. Data de aceite: 23/09/2022. Data de publicação: 28/09/2022.